

EDUCOMUNICAÇÃO E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA INTER-RELAÇÃO NECESSÁRIA

Rafael Gué Martini

Universidade do Estado de Santa Catarina/Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação

1. Introdução

Para falar das relações entre a educomunicação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), é necessário explicar um pouco sobre cada um destes temas. A educomunicação é um campo de estudos que se desenvolve, sob diferentes denominações, desde o surgimento da comunicação de massa. Foi motivada, inicialmente, pela preocupação com a influência que as mídias, em especial o cinema, poderiam exercer sobre as pessoas. Por isso, a partir da massificação da comunicação, foram implementados em vários países programas de leitura crítica dos meios, com o objetivo de capacitar o público para entender os artifícios que as diferentes produções midiáticas usam para influenciar seus espectadores (SOARES, 2013). Desde os programas pioneiros de leitura crítica, surgiram outras preocupações mais complexas e passamos por várias nomenclaturas, até chegarmos ao conceito de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), adotado pela UNESCO a partir de 2011 (LAU; SAYAD, 2020) e que busca abrigar todas as denominações regionais sobre o tema. A educomunicação é uma vertente regional da AMI na Íbero-América, considerada como um novo paradigma científico, principalmente pelos pesquisadores brasileiros¹.

Um dos conceitos-chave da educomunicação é a edição de mundo (BACCEGA, 1999), que se aproxima da comparação que Greenwood & Levin (2006) fazem do cientista como um editor de audiovisual, um bricoleur² que seleciona autores e conceitos para editar seu mundo científico. O presente artigo é exemplo de uma edição de mundo alicerçada em determinado campo científico contemporâneo. Da mesma forma, mas apoiados em outros referenciais além da ciência, os sujeitos editam seu mundo a partir de suas referências, que são, com frequência, edições de mundo apresentadas por outros – imprensa, mídias, redes sociais, familiares, amigos, professores. O desafio seria passar de um mundo editado por outros à nossa própria edição de mundo.

1 A partir daqui usaremos o termo educomunicação como equivalente a AMI.

2 Refere-se àquele que faz bricolagem.



O termo educomunicação forma um acrônimo-síntese desse novo paradigma: educo com comunicação-ação. Nesta perspectiva, o mais importante nas práticas de educação é estabelecer uma correta modulação da comunicação para o diálogo, por meio do qual se desenvolve a gestão ecossistêmica das aprendizagens. O objetivo dessa gestão é emancipar os sujeitos envolvidos nas Práticas Pedagógicas Educomunicativas (PPE), tanto no sentido de uma evolução interior quanto nos resultados exteriores das ações dos sujeitos, orientadas eticamente para a edição de um mundo mais justo e solidário. Surge então um outro conceito: o de ecossistema educomunicativo (MARTINI, 2019).

O ecossistema educomunicativo está relacionado com os diversos espaços onde as práticas de educação e comunicação ocorrem de forma contígua – espaços institucionais educativos, sociocomunitários e midiático-tecnológicos (HUERGO, 2010). Nele, as PPE são instituídas, negociadas e implementadas a partir da ecologia de saberes locais, globais e universais (dinâmica uniglobal), por intermédio do diálogo entre os sujeitos que compõe cada comunidade. Essa pedagogia da educomunicação segue a perspectiva de Freire (1996), na qual a pedagogia não é dada, mas surge do diálogo – é instituinte no campo de ação. Essa característica dialógica é reforçada pela compreensão de que toda comunicação educa (KAPLÚN, 2010).

Considerada uma epistemologia do Sul (ROSA, 2020), a educomunicação é capaz de promover a tradução intercultural por meio da produção coletiva de arte e conhecimento, expressa nas diversas linguagens áudio-scripto-visuais (CLOUTIER, 2001). Essa perspectiva contempla a diferenciação pedagógica inclusiva, que examina as diferentes características socioemocionais e cognitivas dos sujeitos, sempre imersos em determinada cultura sociotécnica.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram definidos por representantes dos 193 estados-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), que se comprometeram em alcançar um conjunto de metas até o ano de 2030. Por isso, os ODS são, também, conhecidos como a Agenda 2030, uma utopia mundial do ponto de vista institucional dos países (MOVIMENTO NACIONAL ODS SC, 2020). Suas metas são adaptadas aos indicadores existentes em cada país, o que foi feito no Brasil, onde temos associadas a cada um dos 17 ODS, 179 metas para atingir até 2030 (IPEA, 2020). No entanto, não há um compromisso efetivo do governo brasileiro, que tem regredido na maioria das suas metas nos últimos anos devido à “desgovernança dos ODS no Brasil” (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2020, p. 6).

Figura 1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: ONU Brasil, 2020³

Também há críticas a estes parâmetros globais. A primeira delas em torno do termo “desenvolvimento”, que estaria alicerçado em padrões insustentáveis inspirados nas sociedades industrializadas. Seria mais correto pensar em “sociedades sustentáveis” do que em “desenvolvimento sustentável”, visto que cada sociedade poderia definir seus próprios parâmetros de bem-estar, a partir de seu potencial de produção e consumo, sua cultura, seu desenvolvimento histórico e características de seu ambiente natural (THIOLLENT; COLETTE, 2013). Mas essas críticas podem ser incorporadas em revisões locais dos ODS, inclusive sugerindo novos objetivos sob o ponto de vista dos valores humanos universais – na dinâmica uniglocal. A forma como a plataforma é organizada pode ser um bom ponto de partida, pois apresenta indicadores concretos para a avaliação de resultados em cada meta.

Uma boa reflexão sobre a sustentabilidade pode ser feita a partir do poema de William Blake (1993): “É suficiente. Ou basta”! Se nos contentássemos com o suficiente para viver, enquanto sociedade, com certeza bastaria a todos e a todas no planeta, incluindo todas as formas de vida além da humana. Os ODS partem do princípio de que há recursos suficientes para a sustentabilidade planetária, mas eles são distribuídos de forma extremamente desigual – tanto os recursos materiais quanto conhecimento científico. É com a perspectiva da necessidade de justiça socioambiental e cognitiva que nos alinhamos para prosseguir com nosso corazonar⁴ sobre o tema (SANTOS, 2020).

3 Disponível em: <https://trello.com/b/kIJmCvp5/onu-brasil>

4 Termo criado por Boaventura de Sousa Santos (2019), para reforçar a inclusão da emoção (relacionada ao coração) no exercício da razão (relacionada ao cérebro).

2. Relações possíveis

A primeira relação entre educomunicação e os ODS é de dependência: sem a primeira não alcançaremos as metas do segundo. A UNESCO já constatou que sem a educomunicação não há como alcançar a sustentabilidade. Há, inclusive, uma tendência de ela ser considerada um novo e fundamental direito da humanidade (PÉREZ TORNERO, 2015). Apesar dos esforços mundiais da agência da ONU em promover a educomunicação nas últimas décadas, os resultados não foram muito significativos. A prova disso é a realidade da desinfodemia, que pode ser entendida como uma pandemia de desinformação (POSETTI; BONTCHEVA, 2020).

A desinformação, conhecida popularmente como *fake news*, não é uma novidade. Ela existe desde antes da imprensa, como comprova a profusão de boatos durante a epidemia de Peste Negra, na Europa do século 14 ao 17, e também durante a gripe espanhola no Brasil, em 1918 (ALBUQUERQUE, 2020). Além disso, em relação ao uso de estratégias comunicacionais, toda a propaganda pode ser considerada desinformação (*fake news*). Uma campanha publicitária pode ser entendida com um plano de ensino de caráter *behaviorista*, que usa os melhores recursos midiáticos e equipes multiprofissionais para produzir aprendizagens de consumo. Essa *comunicação behaviorista*, diferente da *escola conteudista*, mira os desejos de seu público-alvo para alcançar seus objetivos mercadológicos, independente do que diga a ciência ou a ética humana, como nos alerta Joan Ferrés (EDUCOM FLORIPA, 2021). Se pensarmos em toda essa comunicação educativa mercadológica, que se mistura cada vez mais com a informação e o entretenimento nas mãos de grandes corporações (ACHBAR Diretor), SIMPSON (Produtor), 2003; CASTELLS, 2015), podemos dizer que há edições hegemônicas de mundo, que buscam se consolidar globalmente, em detrimento ou oposição ao conhecimento científico e artesanal das culturas locais⁵. Sem falar nas distorções da função social da imprensa pelo interesse econômico, capaz de criar os consensos fabricados, como bem definiu Noam Chomsky (ACHBAR; WINTONICK, 1992).

Existem casos emblemáticos da imposição de edições de mundo com orientação essencialmente mercadológica. Um deles é o caso do açúcar, cuja exploração comercial popularizou o uso dessa droga propulsora do colonialismo, hoje presente em uma infinidade de itens da alimentação humana. O livro *Sugar Blues* (DUFTY, 1975) detalha como os interesses comerciais sempre se sobrepuseram a questões de saúde pública, em relação ao uso indiscriminado e consumo cada vez maior de açúcar pela sociedade. No centro dessa popularização, sempre estiveram as campanhas de comunicação. “Um produto como a Coca-Cola, que contém conhecidos venenos e destrói os dentes e o estômago, tem uma das mais estonteantes campanhas publicitárias da história do mundo ocidental”, como denuncia Paul Hawken (HAWKENS apud DUFTY, 1975, p. 113). O mesmo autor complementa: “Não existe nada de verdadeiro quanto à propaganda” (ibidem).

5 Podemos citar, por exemplo, as propagandas de álcool, de cigarros, de automóveis, de doces, de comidas direcionadas para crianças.

E onde essa desinformação institucionalizada nos levou? A resposta está na atual situação de sindemia (SWINBURN et al., 2019). Segundo o Relatório da Comissão The Lancet (COMISSÃO DE OBESIDADE THE LANCET, 2019), a sindemia é o conjunto de três pandemias: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Elas representam três problemas de saúde pública, que são graves ameaças à sobrevivência humana. A pandemia da Covid 19 seria uma consequência da sindemia. Assim, conforme o relatório, são necessárias ações de trabalho duplo e triplo que atuem simultaneamente em duas ou todas as pandemias, para tentar mitigar suas interações e combater as forças que as sustentam. A sindemia representa um entrave para a implementação da Agenda 2030.

E como a educomunicação pode colaborar com a mitigação dos impactos da sindemia? Em primeiro lugar, é importante pensarmos que ela é um paradigma que pode ir além da promoção da comunicação no espaço institucional educativo, aportando a necessidade urgente da integração da educação nos espaços sociocomunicativos e midiático-tecnológicos. Ela pode nos ajudar a pensarmos de forma sistêmica em políticas que integrem as práticas de educação e comunicação, para criar sinergia na direção dos ODS e facilitar a promoção das ações de trabalho duplo e triplo de combate à sindemia. Enquanto tivermos a educação alicerçada em referenciais científicos e socioambientais, mas a comunicação orientada majoritariamente pelo mercado, no sentido da fabricação de consensos que não levam em conta o conhecimento científico, não será possível alcançar a sustentabilidade.

Uma recomendação do relatório da comissão *The Lancet* é ampliar o financiamento de “pesquisas sobre conhecimentos indígenas e tradicionais para entender os paradigmas, as práticas e os produtos que promovem a saúde ideal do planeta” (COMISSÃO DE OBESIDADE THE LANCET, 2019, p. 14). O documento sugere que se “estabeleça um ‘Fundo de Sete Gerações’ baseado no conceito iroquês⁶ de tomada de decisão para sete gerações, para que o conhecimento indígena e as visões de mundo possam ser pesquisados, reconhecidos internacionalmente e incorporados a políticas que tenham impacto na saúde humana e ambiental” (ibidem).

Enquanto epistemologia do Sul, a educomunicação pode ajudar nessa valorização da sabedoria nativa, pois é nela que pode estar a inovação – pois foi um conhecimento massacrado pela colonização sem ser estudado (SANTOS, 2011). Alguns exemplos dessa ecologia de saberes nativos são: a noção de que toda a sociedade educa; o entendimento de que o mais importante é preparar o indivíduo para captar o conhecimento que está na natureza⁷; a perspectiva de que saber a fonte ou circunstância de aprendizagem faz parte da informação e do conhecimento; a convivência

6 Os iroqueses foram um grupo nativo norte-americano que vivia em torno da região dos Grandes Lagos, primariamente no sul de Ontário, uma província do Canadá, e no nordeste dos Estados Unidos.

7 Dentro do entendimento de que a sociedade humana é parte da natureza.

tolerante com pontos de vista diferentes (MARGOLIN, 2007); o reconhecimento da incerteza; a pedagogia do lugar (ORR, 2007); a alteridade como expressa na palavra txai⁸, usada para se referir ao outro no idioma Hãtxa Kuĩ; o saber atuar em grupo como mais importante que o conhecimento técnico (ARMSTRONG, 2007); ou mesmo o conceito de bem-viver, firmado na cosmovisão essencialmente relacional dos povos tradicionais andinos (SOARES, 2019). Esses são alguns princípios identificados nas diversas culturas nativas que guardam semelhança com os “sete saberes necessários à educação do futuro”, propostos por Edgar Morin (2000) e que consideramos, também, como princípios basilares da educomunicação (MARTINI, 2019).

De forma complementar, o foco das práticas pedagógicas educomunicativas (PPE) é nas relações, nas emoções e nos processos, o que resulta no incentivo à conexão – o despertar para a ação. Este potencial mobilizador está relacionado com o querer, aspecto reforçado por Joan Ferrés (EDUCOM FLORIPA, 2021). Essa característica conativa tem potencial para movimentar as energias políticas paralisadas (ROSA, 2020) e romper com a inércia que impede o fortalecimento dos movimentos sociais transformadores – outra necessidade reforçada no relatório sobre a Sindemia Global. Há urgência em passarmos do pensamento crítico para a atitude crítica (FERRÉS; PISCITELLI, 2012; GARCÍA MATILLA et al., 2018).

3. Considerações

Segundo Ismar Soares (*Viração Educomunicação*, 2021, 1:31:43), a comunicação, por sua vocação mercadológica e seu vínculo com a liberdade de expressão, afastou-se da educação, por esta última ser um direito mais tutelado pelo estado e sujeito a regras que buscam garantir um conteúdo mínimo aos estudantes. No entanto, vemos hoje que de nada adianta sermos rígidos com os currículos educacionais se não houver um resgate da função social da comunicação, que nos conecta a todo momento ao espaço sociocomunitário e midiático-tecnológico da pedagogia perpétua (HUERGO, 2010).

A educomunicação, muito além do espaço institucional educativo, apresenta um campo de análise vasto para a intervenção na sociedade. Ela pode ajudar a encontrarmos caminhos para a construção de sociedades sustentáveis. A tendência de se tornar um novo direito humano universal, que pode ser traduzido como o direito que cada um tem de editar seu mundo, passa pela religação entre educação e comunicação nos diversos espaços sociais. A sindemia de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas indica a necessidade da diminuição de propaganda de alimentos nocivos à saúde e de ações de marketing social, para promover a segurança alimentar (SWINBURN et al., 2019). Essas medidas só terão efeito em escala se repensarmos as ações de educação e comunicação sob um novo paradigma, que as una em um mesmo propósito educacional de construção de novas culturas de sustentabilidade.

⁸ Txai significa “mais que amigo, mais que irmão. A metade de mim que existe em você e a metade de você que habita em mim”.

Referências

- ACHBAR (Diretor), M.; SIMPSON (Produtor), B. *The Corporation Canada Big Picture Media Corporation*, 2003.
- ACHBAR, M.; WINTONICK, P. *Consenso Fabricado – Chomsky e a Mídia*. Estados Unidos, 1992. Disponível em: <<https://youtu.be/dDLEJS8cERc>>
- ALBUQUERQUE, C. Fake news circularam na imprensa na epidemia de 1918. *História, Ciências, Saúde*, Manguinhos, 2020, p. 1-3.
- ARMSTRONG, J. C. Educação okanagan para uma vida sustentável: Tão natural quanto aprender a andar ou falar. In: CAPRA, F. (E.). *Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 109-113.
- BACCEGA, M. A. Comunicação & Educação: do mundo editado à construção do mundo. *Comunicação & Informação*, v. 2, n. 2, 1999, p. 176-187.
- BLAKE, W. William Blake: *Poesia e prosa selecionadas*. 1. ed. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.
- CASTELLS, M. *O poder da comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- CLOUTIER, J. *Petit traite de communication. Emerrec à l'heure des technologies numériques*. Montréal: Editions Carte Blanche, 2001.
- COMISSÃO DE OBESIDADE THE LANCET. A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas – Relatório da Comissão The Lancet. *The Lancet*, 2019.
- DUFTY, W. *Sugar Blues*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Ground Informação, 1975.
- EDUCOM FLORIPA. *Cerimônia de Abertura seguida de Conferência de abertura: a tela multipartida: metáfora da Covid 19*. Disponível em: <<https://youtu.be/qfz1yE9uE8A>>. Acesso em: 29 mar. 2021.
- FERRÉS, J.; PISCITELLI, A. La competencia mediática: propuesta articulada de dimensiones e indicadores. *Comunicar*, v. XIX, n. 38, 2012, p. 75-82.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCÍA MATILLA, A. et al. *Sessão de lançamento do observatório Media, Informação e Literacia (MILobs)*. Palestras promovidas pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS). Universidade do Minho: Braga, jul. 2018.
- GREENWOOD, D. J.; LEVIN, M. Reconstruindo as relações entre as universidades e a sociedade por meio da pesquisa-ação. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (EE.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 91-113.
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. *IV Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável – Brasil*. Disponível em: <www.gtagenda2030.org.br>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Educomunicação em tempos de pandemia Educomunicação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

HUERGO, J. A. Una guía de comunicación/educación, por las diagonales de la cultura y la política. In: APARICI, R. (E.). *Educomunicación: más allá del 2.0*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2010, p. 65-104.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>>. Acesso em: 26 out. 2020.

KAPLÚN, M. Una pedagogia de la comunicación. In: APARICI, R. (E.). *Educomunicación: más allá del 2.0*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2010. p. 41-64.

LAU, J.; SAYAD, A. L. V. MIL Alliance – UNESCO: Su relevancia en competencias mediáticas e informacionales. In: AGUADED, I.; VIZCAÍNO-VERDÚ, A. (EE.). *Redes sociales y ciudadanía: hacia un mundo ciber conectado y empoderado*. Huelva, Grupo Comunicar Ediciones, v. 1, 2020, p. 41-45.

MARGOLIN, M. Pedagogia indígena: Um olhar sobre as técnicas tradicionais de educação dos índios californianos. In: CAPRA, F. (E.). *Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 95-108.

MARTINI, R. G. *Educomunicador como agente de integração das tecnologias de informação e comunicação na escola*. Doutorado em Ciências da Educação. Braga: Universidade do Minho, 2019.

MORIN, E. *Os setes saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo e Brasília: Cortez; UNESCO, 2000.

MOVIMENTO NACIONAL ODS SC. *Portal do Movimento Nacional ODS Santa Catarina – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<https://sc.movimentoods.org.br/>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

ORR, D. W. Lugar e pedagogia. In: CAPRA, F. (E.). *Alfabetização Ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2007, p. 114-124.

PÉREZ TORNERO, J. M. La emergencia de la alfabetización mediática e informacional Un nuevo paradigma para las políticas públicas y la investigación. *Revista TELOS, Cuadernos de Comunicación e Innovación*, 2015, p. 4-7.

POSETTI, J.; BONTCHEVA, K. *Desinfodemia: decifrar a desinformação sobre a COVID 19*. Paris: UNESCO, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374416_por>

ROSA, R. Epistemologias do Sul: desafios teórico-metodológicos da educomunicação. *Comunicação & Educação*, v. 25, n. 2, 4 dez. 2020, p. 20-30.

SANTOS, B. DE S. Epistemologías del Sur. Utopía y Praxis Latinoamericana. *Revista Internacional de Filosofía Ibero-americana y Teoría Social*, n. 54, 2011, p. 17-39.

SANTOS, B. DE S. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

SOARES, I. DE O. Educomunicação: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social, na Europa, Estados Unidos e América Latina. In: LIMA, J. C. G. R.; MELO, J. M. DE (EE.). *Panorama da comunicação e das telecomunicações no Brasil: 2012/2013*. Brasília: Ipea, 2013, p. 169-202.

Educomunicação em tempos de pandemia Educomunicação e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

SOARES, I. DE O. La Educomunicación y el buen vivir: una alianza posible. *Punto de Encuentro*, n. 130, 2019, p. 9-15.

SWINBURN, B. A. et al. The global syndemic of obesity, undernutrition and climate change: The Lancet commission report. *The Lancet*, v. 393, n. 10173, 23 fev. 2019, p. 791-846.

THIOLLENT, M. J. M.; COLETTE, M. M. *Pesquisa-ação, universidade e sociedade*. XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas: Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad. *Anais*, 27 nov. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114882?show=full>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO. *WEBINÁRIO: Crianças e adolescentes na internet: oportunidades, desafios e aprendizados – YouTube*. Disponível em: <<https://youtu.be/I9sL08ET1IM>>. Acesso em: 5 mar. 2021.



Rafael Gué Martini. Professor da área de Educação e Comunicação na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), onde atua no Mestrado Profissional em Enfermagem na Atenção Primária à saúde. Doutor em Educação pela Universidade do Minho (PT). Membro do Conselho Consultivo Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom). Vice-líder do grupo de pesquisa Educom Floripa (CNPq/UDESC). Integrante do Coletivo Memórias do Mar, do PainelMar, da Ecovila São José e do Movimento Nacional ODS Santa Catarina.